

TRAJETÓRIAS, FORMAÇÃO MILITAR, REPRODUÇÃO DO PODER E O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO¹

Ivana Monique dos Santos Quadros²

RESUMO

O referido trabalho analisa as dinâmicas de reprodução e manutenção de posições de poder no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), no Maranhão (MA), com ênfase na relação entre as trajetórias sociais de cadetes e sua ascensão no interior da hierarquia formativa. Parte-se da compreensão de que a formação militar não se limita à qualificação técnica, mas constitui um espaço social estruturado por classificações, distinções e disputas simbólicas, no qual posições e tomadas de posições são organizadas formalmente pelo critério da “antiguidade”. O estudo investiga como as trajetórias familiares, experiências escolares e vínculos institucionais prévios influenciam o desempenho e a progressão dos cadetes ao longo do Curso. A hipótese central sustenta que a “antiguidade”, embora apresentada como resultado exclusivo do mérito acadêmico-militar, pode ser atravessada por disposições incorporadas ao longo da socialização anterior ao ingresso na instituição. Assim, recursos acumulados nas esferas familiar e social tendem a operar na adaptação às exigências disciplinares, na construção de exigências e no acesso a redes informais de apoio e informação. Metodologicamente, a pesquisa articula dados quantitativos e qualitativos, com aplicação de formulários a 52 cadetes e entrevistas semiestruturadas com 10 participantes, permitindo cruzar posições objetivas na classificação interna com narrativas sobre trajetória e pertencimento. Os resultados indicam que o ingresso e a progressão no Curso não ocorrem em um vazio social, mas dialogam com heranças sociais que podem influenciar a consolidação de posições e a projeção de carreiras futuras na instituição militar.

Palavras-chave: formação militar; trajetórias; relações de poder.

CAREER PATHS, MILITARY TRAINING, REPRODUCTION OF POWER, AND THE OFFICER TRAINING COURSE OF THE MILITARY POLICE OF MARANHÃO

ABSTRACT

The reference work analyzes the dynamics of reproduction and maintenance of positions of power in the Curso de Formação de Oficiais (CFO) at the Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), in Maranhão (MA), with an emphasis on the relationship between the social trajectories of cadets and their rise within the training

¹ Trabalho apresentado no GT 01 – Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia, do 14º Seminário Nacional de Sociologia e Política, Universidade Federal do Paraná, 2026.

² Doutoranda, Mestra e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). Orcid ID: 0009-0006-1652-8557. Contato: ivana.monique@discente.ufma.br

hierarchy. It starts from the understanding that military training is not limited to technical qualifications, but constitutes a social space structured by classifications, distinctions and symbolic disputes, in which positions and stances are formally organized by the criterion of “seniority”. The study investigates how family trajectories, school experiences and previous institutional ties influence the performance and progression of cadets throughout the Course. The central hypothesis maintains that “seniority”, although presented as an exclusive result of academic-military merit, can be crossed by dispositions incorporated throughout socialization prior to joining the institution. Thus, resources accumulated in the family and social spheres tend to operate in adaptation to disciplinary demands, in the construction of demands and in access to informal support and information networks. Methodologically, the research articulates quantitative and qualitative data, with the application of forms to 52 cadets and semi-structured interviews with 10 participants, allowing objective positions in the internal classification to be crossed with narratives about trajectory and belonging. The results indicate that entry and progression in the Course do not occur in a social void, but dialogue with social legacies that can influence the consolidation of positions and the projection of future careers in the military institution.

Keywords: military training; trajectories; power relations.

Introdução

A pesquisa que dá origem a este trabalho investiga o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), em São Luís (MA), tomando-o como um espaço de qualificação profissional, mas como também como instância de produção e legitimação de posições de comando no processo de formação militar. Mais do que ensinar técnicas, disciplinar corpos, incorporar hierarquias ou transmitir normas institucionais; como uma instituição militar, propriamente dita, é conhecida, o curso atua na produção de reconhecimento e na seleção daqueles que ocuparão posições estratégicas na corporação.

A análise apoia-se nas formulações gerais de Max Weber, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman, sobre instituições, Estado, dominação e hierarquia, articuladas à noção de *domínio social* desenvolvida por Grill e Reis (2018). A partir desse referencial, o CFO é compreendido como um *domínio* atravessado por disputas simbólicas e relações de força, no qual distinções são continuamente produzidas, reconhecidas e convertidas em autoridade legítima. Nesse ambiente, a hierarquia não se limita ao regulamento formal: ela é construída cotidianamente por meio de classificações, performances, rituais institucionais e mecanismos de reconhecimento que organizam os indivíduos em posições desiguais.

Partindo das trajetórias sociais dos cadetes de uma turma do CFO do Maranhão, a pesquisa busca compreender como determinados recursos previamente acumulados – econômicos, culturais, familiares e relacionais – interferem no percurso formativo e nas possibilidades de ascensão dentro da instituição. As experiências anteriores ao ingresso no curso, as redes de sociabilidade construídas ao longo da vida e as formas de familiaridade com o universo militar

se revelam elementos decisivos na maneira como os sujeitos se adaptam, se destacam e são reconhecidos no interior da Academia. Tal perspectiva aproxima-se da reflexão desenvolvida por Pinto (1998) acerca das instituições militares enquanto espaços de classificação e inculcação, nos quais certas disposições socialmente produzidas encontram condições favoráveis para serem reinterpretadas como competências legítimas, contribuindo para aproximar classificação social e classificação institucional. “A instituição escolar é uma máquina destinada a estabelecer classificações. [...] Podemos considerar que a análise proposta descreve duas operações: a que transforma a classificação social em classificação escolar e a que transforma a classificação escolar em classificação social” (Pinto, 1998, p. 22).

Ao longo da investigação, observou-se que o CFO opera por meio de permanentes processos de classificação e diferenciação entre os cadetes, designados pela “antiguidade”: um processo formal da Academia de ranqueamento dos cadetes com base nas suas médias escolares no Curso. Esse ranqueamento, chamado de “antiguidade”, estabelece precedências, define lugares e produz formas específicas de prestígio institucional, estruturando uma lógica de reconhecimento que ultrapassa critérios estritamente meritocráticos. Nesse sentido, a formação de oficiais pode ser entendida como um *domínio social* (Grill e Reis, 2028) estratégico de reconversão e reprodução de elites institucionais da PMMA. Sob a perspectiva de Goffman (1974), trata-se ainda de um cenário próximo às *instituições totais*, marcada pelo controle intensivo das rotinas, pela reorganização das condutas e pela incorporação de disposições compatíveis com o exercício da autoridade militar. “O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras” (Goffman, 1974, p. 17).

A partir dos dados produzidos junto aos cadetes, a pesquisa procura compreender de que maneira as propriedades sociais dos agentes atravessam suas experiências no interior do CFO e se relacionam com as posições ocupadas ao longo da classificação interna da turma. O levantamento das trajetórias familiares, vínculos de parentesco, práticas culturais, hábitos e redes de sociabilidade permitiu observar que o ingresso e a circulação no espaço militar não se dão em condições homogêneas. Ao contrário, diferentes formas de recursos, seja social, cultural e simbólico aparecem distribuídos de maneira desigual entre os agentes, influenciando suas formas de adaptação, perspectiva e projeção dentro da Academia.

Nesse sentido, as disposições incorporadas antes mesmo do ingresso no CFO revelam-se centrais para compreender a dinâmica classificatória que organiza o cotidiano formativo.

Familiaridade prévia com o universo militar, determinados repertórios de comportamento, modos de comunicação e formas de sociabilidade tendem a produzir efeitos concretos na maneira como os cadetes são percebidos, avaliados e posicionados no interior da hierarquia do curso. Familiaridade prévia com o universo militar, determinados repertórios de comportamento, modos de comunicação e formas de sociabilidade tendem a produzir efeitos concretos na maneira como os cadetes são percebidos no interior da hierarquia do curso (Pinto, 1998). O interesse da pesquisa, portanto, não reside apenas na descrição das trajetórias sociais dos agentes, mas sobretudo na análise das relações entre essas trajetórias, os mecanismos institucionais de consagração presentes na formação militar e na produção de posicionamentos nessa *configuração e teias de interdependências* (Elias, 1999) em razão da cadeia de comando presente na Academia de Polícia.

O CFO é compreendido, assim, como um espaço de socialização intensiva no qual reputações são continuamente produzidas e negociadas. Mais do que uma estrutura voltada à capacitação técnica, o curso opera como ambiente de classificação permanente, definindo preceções, legitimando distinções e estabelecendo critérios de reconhecimento que dialogam diretamente com as condições sociais dos cadetes. Busca-se investigar em que medida determinadas propriedades sociais podem ser convertidas em vantagens simbólicas e institucionais, influenciando relações de autoridade, prestígio e legitimidade no interior da formação. Ao mesmo tempo, interessa perceber os limites dessa conversão, observando situações em que recursos previamente acumulados não encontram equivalência ou reconhecimento no espaço militar (Bourdieu, 1989).

Embora a classificação dos cadetes seja oficialmente apresentada como resultado exclusivo do desempenho acadêmico e disciplinar, ela também atua como princípio institucional de ordenamento hierárquico (Bourdieu, 1989). As médias acadêmicas medem performances individuais, mas organizam acessos diferenciados a visibilidade, reconhecimento, redes de apoio e possibilidades favorecidas de ascensão profissional. A classificação produz efeitos concretos sobre as relações estabelecidas entre os próprios cadetes e sobre a maneira como passam a ser percebidos pelos superiores, funcionando como mecanismo legítimo de diferenciação no interior da turma.

Dessa forma, a pesquisa busca tensionar a ideia de mérito como fundamento autônomo da hierarquia militar, investigando em que medida o desempenho valorizado institucionalmente é atravessado por disposições socialmente construídas ao longo das trajetórias dos agentes. O

problema central consiste justamente em compreender como recursos acumulados em outros espaços sociais podem ser reconvertidos em competência legítima dentro do CFO, contribuindo para aproximar determinadas trajetórias das posições mais valorizadas da classificação interna.

Metodologicamente, o estudo articula diferentes estratégias de investigação. Cinquenta e dois cadetes responderam a formulários voltados ao levantamento de informações sociais, escolares e familiares. Posteriormente, dez participantes foram selecionados para entrevistas semiestruturadas, permitindo aprofundar experiências individuais, percepções sobre a hierarquia e interpretações acerca do cotidiano formativo. A combinação entre dados quantitativos descritivos, entrevistas e observação direta possibilitou relacionar posições objetivas ocupadas na classificação da turma às narrativas produzidas pelos próprios agentes sobre mérito, reconhecimento, pertencimento e desigualdade.

O eixo central da análise reside, portanto, na articulação entre classificação interna e trajetória social. Ao aproximar posições hierárquicas formalmente instituídas das propriedades sociais dos cadetes, evidencia-se que a hierarquia no CFO ultrapassa a dimensão meramente administrativa ou técnica. Trata-se de um processo social de produção de distinções, no qual recursos sociais acumulados ao longo da vida podem ser reinterpretados sob a forma de disciplina, liderança, competência e mérito. O curso aparece, assim, como espaço de reconversão de poder e de naturalização de desigualdades, convertendo diferenças socialmente produzidas em classificações legitimadas institucionalmente pelo discurso da igualdade formal entre os agentes.

A pesquisa concentra-se na relação entre origem social e posicionamento institucional no interior do CFO-PM da APMGD. O problema central não está ligado a identificar quem ocupa os lugares mais valorizados da hierarquia formativa, mas em compreender quais trajetórias tornam determinadas posições mais acessíveis, reconhecidas ou legitimadas dentro da lógica militar. Interessa observar como experiências familiares, formas de socialização e recursos acumulados antes do ingresso no CFO interferem na construção das carreiras e nas expectativas de ascensão dos cadetes.

Nesse sentido, pode-se sugerir que diferentes disposições sociais entram em contato e devem se adequar da maneira mais alinhada possível aos valores institucionais específicos – disciplina, liderança, autoridade, autocontrole e obediência. A hipótese que atravessa o estudo é a de que determinadas trajetórias sociais produzem maior familiaridade com esse universo, favorecendo processos de adaptação, reconhecimento e distinção no interior da Academia. A

formação militar, portanto, não opera sobre indivíduos abstratos e homogêneos, mas sobre agentes portadores de histórias e repertórios desigualmente distribuídos. Como argumenta Foucault (1999), as disciplinas constituem técnicas de poder voltadas para a fabricação de sujeitos ajustados às finalidades institucionais, tornando-os simultaneamente mais aptos e mais submissos às normas que regulam sua atuação.

A APMGD e o CFO aparecem, assim, como estruturas que articulam regras formais e mecanismos simbólicos de legitimação. Embora a organização hierárquica se apresente oficialmente sustentada pelo desempenho individual, os percursos dos cadetes revelam aproximações importantes entre classificação institucional, vínculos familiares e recursos herdados ao longo das trajetórias sociais. A noção de “antiguidade”, eixo ordenador da vida militar, ultrapassa sua função administrativa e assume papel central na produção de prestígio, autoridade e pertencimento. Mais do que definir precedências, ela organiza relações de reconhecimento e estabelece posições duráveis dentro da estrutura corporativa.

As trajetórias analisadas mostram que o ingresso no CFO não representa um ponto de partida comum. Alguns agentes chegam à instituição já familiarizados com códigos, linguagens e formas de conduta valorizadas no meio militar, enquanto outros precisam aprender e negociar essas disposições ao longo da formação, contudo a familiarização não é garantia de êxito na classificação interna da turma. A Academia, nesse processo, além de selecionar, também reforça, reorganiza e converte determinados recursos sociais em atributos institucionalmente reconhecidos como mérito, competência ou liderança.

As relações de poder observadas no cotidiano do curso conectam-se, portanto, a dinâmicas mais amplas de transmissão de disposições sociais, culturais e políticas. A classificação interna funciona como mecanismo de diferenciação que produz efeitos concretos sobre visibilidade, autoridade e projeção profissional. Ao ocupar determinadas posições na hierarquia da turma, os cadetes passam a acessar formas distintas de reconhecimento e legitimidade que tendem a extrapolar o período de formação e acompanhar suas trajetórias futuras na corporação.

Ao aproximar formação militar, trajetória social e estrutura de poder, o estudo permite compreender o CFO como um espaço de produção de continuidades institucionais. A Academia não se limita à preparação técnica dos futuros oficiais; ela também participa da constituição de grupos dirigentes, da consolidação de hierarquias e da reprodução de formas específicas de autoridade. O poder, nesse contexto, não se mantém apenas pela coerção ou pela norma formal,

mas pela capacidade de transformar diferenças socialmente produzidas em distinções percebidas como legítimas dentro da ordem militar.

Desenvolvimento

À primeira vista, seria plausível supor que experiências escolares mais consolidadas, familiaridade prévia com o universo policial ou recursos acumulados ao longo da trajetória pessoal produziram vantagens relativamente estáveis durante a formação militar. Os resultados, contudo, apontam para uma dinâmica mais complexa. No interior da Academia, atributos socialmente valorizados em outros espaços nem sempre encontram reconhecimento imediato, enquanto determinadas competências menos visíveis podem adquirir centralidade. Isso sugere que o processo formativo seleciona desempenhos, bem como redefine continuamente quais características serão legitimadas, recompensadas ou convertidas em posições de prestígio.

Entre os elementos que ajudam a compreender essa dinâmica, destacam-se justamente aqueles que costumam ser tomados como potenciais diferenciais de desempenho antes mesmo do ingresso na corporação. A observação dos dados revela, entretanto, que a relação entre origem social, recursos acumulados e posicionamento no curso está longe de ser automática, evidenciando um processo em que certos atributos perdem força, outros ganham relevância e alguns passam a adquirir sentidos distintos diante das exigências próprias da formação militar.

No que se refere ao universo empírico investigado, a pesquisa concentrou-se na 28ª turma do CFO-PM, composta por 52 cadetes, distribuídos entre homens e mulheres, com predominância expressiva do sexo masculino. Em relação às trajetórias familiares, observou-se uma divisão equilibrada: exatamente metade dos participantes possui familiares vinculados à PMMA, enquanto os demais não apresentam vínculos familiares militares, fora uma outra porcentagem relevante da turma, que indica uma parcela de cadetes que já integravam a corporação, anteriormente ao Curso para oficiais, como Soldados. Tal distribuição torna o grupo particularmente relevante para análise, ao permitir observar em que medida a familiaridade com o universo militar, construída no ambiente familiar, repercute ou não sobre os processos de adaptação, reconhecimento e posicionamento ao longo da formação.

Então, os dados analisados indicam que a posse de recursos escolares valorizados em outros espaços profissionais não garante, por si só, vantagens no interior da formação militar. A lógica que organiza o CFO mobiliza critérios específicos de reconhecimento, profundamente

associados à disciplina cotidiana, à capacidade de adaptação à hierarquia e à incorporação prática de códigos institucionais. Nesse contexto, determinados recursos educacionais adquiridos fora do universo castrense podem perder centralidade ou até produzir desajustes em relação às expectativas da Academia. A valorização de competências ligadas à autonomia intelectual ou a trajetórias voltadas para profissões civis, por exemplo, nem sempre encontra equivalência imediata em um espaço marcado pela centralidade da obediência, da padronização das condutas e da internalização rigorosa da autoridade. Assim, a formação familiar e escolar dos cadetes não opera de maneira linear sobre o desempenho: em certos casos, ela pode inclusive gerar tensões entre disposições previamente construídas e as exigências do perfil militar. Outro elemento significativo diz respeito ao fato de que a simples existência de vínculos familiares com a Polícia Militar não se converte automaticamente em posições privilegiadas na classificação interna do curso. A localização ocupada pelos familiares na estrutura hierárquica da corporação mostrou-se um aspecto relevante para compreender as diferenças observadas entre os desempenhos.

O caso de maior destaque na turma correspondeu a um(a) cadete filho(a) de Oficial da PM, enquanto os filhos de Praças, embora numerosos, não figuraram entre as posições mais elevadas da classificação. Esse dado chama atenção para a permanência de distinções internas que atravessam a própria organização militar. Ainda que filhos de Praças compartilhem uma socialização próxima do universo policial, essa experiência tende a ocorrer a partir de posições marcadas por menor prestígio institucional, acesso restrito a determinados espaços de poder e vivências distintas da autoridade. O que pode ser analisado detalhadamente na tabela a seguir:

Quadro 1 – Relação de cadetes entrevistados, suas respectivas classificações e origens sociais

Cadete	Classificação	Grau de escolaridade do pai	Grau de escolaridade da mãe	Parente Militar	Profissão do pai	Profissão da mãe
CAD 10	01	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo		Autônomo	Autônoma
CAD 2	05	Ensino Médio completo	Ensino Fundamental completo		Vigilante	Cabeleleira
CAD 5	06	Pós-graduação	Pós-graduação	Pai Oficial da Polícia Militar	Coronel da Polícia Militar	Professora
CAD 8	24	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo		Recepcionista	Vendedora
CAD 9	25	Ensino Superior completo	Ensino Médio completo		Professor	Pescadora
CAD 6	27	Ensino Superior completo	Pós-graduação		Operador de videomonitoramento	Gestora hospitalar
CAD 1	46	Ensino Médio completo	Ensino Superior completo	Pai Praça da Polícia Militar	Sargento da Polícia Militar	Contadora
CAD 3	47	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo	Pai Praça da Polícia Militar	Sargento da Polícia Militar	Agente de Saúde
CAD 4	51	Ensino Fundamental completo	Ensino Fundamental completo		Comerciante	Feirante
CAD 7	52	Ensino Superior completo	Ensino Médio completo	Pai Praça da Polícia Militar	Sargento da Polícia Militar	Dona de casa

Fonte: Autora (2025).

Nesse sentido, a pesquisa sugere que a socialização militar não é homogênea. Filhos de Oficiais e filhos de Praças não somente ocupam lugares diferentes na estrutura da corporação; eles também entram em contato com formas distintas de experimentar a hierarquia, o reconhecimento e as possibilidades de ascensão. Enquanto alguns crescem em ambientes mais próximos das instâncias de comando e decisão, outros estabelecem sua relação com a instituição a partir de posições subordinadas dentro da cadeia hierárquica. Essas experiências acumuladas ao longo da vida podem influenciar percepções sobre pertencimento, confiança, autoridade e legitimidade, produzindo efeitos sutis, porém relevantes, no modo como os agentes se posicionam durante a formação. A própria familiaridade com os códigos militares, portanto, não atua de forma homogênea; ela é atravessada pelas desigualdades internas da própria instituição.

A articulação entre os dados dos formulários, as entrevistas e as classificações objetivas da turma permitiu levantar a hipótese de que determinadas trajetórias sociais favorecem a incorporação de disposições mais ajustadas às expectativas institucionais do CFO. Conhecimento prévio da linguagem militar, naturalização das relações hierárquicas, domínio de códigos disciplinares e proximidade com o *ethos* da oficialidade podem funcionar como recursos simbólicos importantes na adaptação ao curso e no reconhecimento obtido ao longo da formação. Em contrapartida, trajetórias marcadas por experiências menos valorizadas na estrutura militar

tendem a produzir formas distintas de relação com a autoridade e com a própria lógica classificatória da Academia.

Na presente fase do trabalho de construção do objeto, trata-se de explicar a ação da instituição total dizendo que esta tende a selecionar, segundo seus próprios princípios, determinados indivíduos definidos do ponto de vista social: estabelece uma história individual das qualidades exigidas que não é totalmente independente das classificações sociais. A colocação em evidência das relações entre classificações institucionais e classificações sociais, assim estabelecida, permite apreender os mecanismos sociais de ajustamento dos agentes à instituição e, por conseguinte, os da produção da ‘vocação’ (Pinto, 1998, p. 24)

Contudo, esses resultados não autorizam interpretações deterministas. A pesquisa não sustenta a existência de uma correspondência automática entre origem social e desempenho na formação militar. Há filhos de Praças que alcançam posições elevadas na “antiguidade”, assim como filhos de Oficiais que não conseguem ocupar lugares de destaque. O que os dados permitem observar é algo mais complexo: a existência de condições sociais desiguais que podem ampliar ou restringir possibilidades de adaptação e reconhecimento no interior do curso. As trajetórias sociais não definem rigidamente os destinos individuais, mas produzem disposições que dialogam, em maior ou menor medida, com os critérios de valorização institucional presentes no CFO.

Mais do que revelar privilégios explícitos, a pesquisa evidencia mecanismos mais sutis de reprodução das hierarquias. A força da instituição reside justamente na capacidade de transformar diferenças socialmente produzidas em classificações percebidas como naturais, legítimas e exclusivamente meritocráticas. A hierarquia do curso aparece, assim, como tecnologia simbólica de consagração, capaz de converter trajetórias socialmente diferenciadas em sinais reconhecidos de competência. Ao fazê-lo, o CFO forma oficiais e, ao mesmo tempo, participa da produção de crenças coletivas sobre quem estaria mais apto a ocupar posições de comando, contribuindo para a continuidade de determinadas estruturas de poder no interior da corporação. Pinto (1998) ajuda a pensar:

As forças armadas classificam os alistados em virtude de uma lógica cujo fundamento não é puramente interno. [...] A tese de que a hierarquia militar reproduz [...] a hierarquia social das qualidades e, através desta, a hierarquia das posições sociais. O conteúdo essencial das virtudes exigidas — obediência praticamente incondicional aos ‘chefes’ [...] — é uma forma retraduzida do ‘bom comportamento’ socialmente valorizado (Pinto, 1998, p. 17).

Contudo, é fundamental sublinhar que tais achados não autorizam conclusões deterministas ou generalizações para a totalidade do CFO, o cenário inverso também pode trazer diferentes questões, como filhos de Praças bem sucedidos na “antiguidade” do processo formativo e filhos de Oficiais mal sucedidos nessa classificação. Isto é, a pesquisa não sustenta que a origem familiar determine linearmente o sucesso ou o fracasso na formação, tampouco que todos os filhos de Oficiais ocupem posições superiores ou que todos os filhos de Praças estejam nas últimas colocações. O que se evidencia é a possibilidade de uma relação não determinante, mas socialmente significativa, entre disposições incorporadas na socialização prévia e ocupação de posições de prestígio na hierarquia formativa. Nesse sentido, o estudo aponta para indícios de que trajetórias sociais diferenciadas podem dialogar com a produção de classificações internas, contribuindo para o debate do sobre a reprodução, distinção e monopólio do poder em espaços institucionais como este.

Observa-se que determinadas competências – domínio da linguagem formal, familiaridade com códigos institucionais, segurança corporal, modos de apresentação e grupos estratégicos – não são produzidas exclusivamente no interior da Academia, mas resultam de socializações anteriores que encontram no ambiente militar condições favoráveis à sua conversão em prestígio. Assim, a formação militar não atua sobre agentes em condições iguais; ao contrário, tende a potencializar desigualdades prévias, transformando recursos acumulados em mérito, aparentemente, individual. Nesse processo, as disposições dos cadetes, moldado por suas origens sociais, dialoga com as exigências institucionais, produzindo maior ou menor adequação às expectativas do campo e, conseqüentemente, distintas posições na hierarquia simbólica interna. Conforme Bourdieu (1989):

A instituição escolar transforma as desigualdades sociais prévias em desigualdades escolares, convertendo diferenças de capital cultural herdado em diferenças de mérito ou de dom individual. Assim, os privilégios socialmente condicionados aparecem como qualidades naturais da pessoa, legitimando a reprodução das hierarquias sociais sob a aparência da neutralidade e da igualdade de oportunidades (Bourdieu, 1989, p. 295).

Além disso, a hierarquia interna do curso não se estrutura apenas por mecanismos formais de classificação, mas por processos cotidianos de reconhecimento entre os próprios cadetes. Certos agentes tornam-se referências de autoridade, disciplina ou competência antes mesmo da consolidação oficial de suas posições na “antiguidade”. A circulação de prestígio ocorre,

portanto, tanto pelos instrumentos institucionais de avaliação quanto pelas dinâmicas informais de reputação construídas nas interações diárias. Nesse processo, modos de falar, de se portar, de reagir às ordens e até de lidar com punições e constrangimentos passam a funcionar como marcadores simbólicos capazes de aproximar ou afastar determinados sujeitos da imagem socialmente valorizada do “bom oficial”.

A formação militar, desse modo, opera simultaneamente como espaço de disciplinamento e de consagração simbólica. Ao mesmo tempo em que busca padronizar comportamentos, ela também diferencia os agentes a partir da forma como cada um incorpora e performa as expectativas institucionais.

Essa dinâmica produz um efeito importante: desigualdades socialmente construídas tendem a ser reinterpretadas como diferenças individuais de competência, esforço ou vocação. O que aparece, na superfície, como resultado exclusivo do mérito pessoal pode estar relacionado a condições anteriores de socialização que facilitaram a familiaridade de alguns cadetes com os códigos valorizados pela instituição. Assim, o CFO não apenas organiza uma hierarquia administrativa entre os futuros oficiais, mas participa da produção de legitimidades que sustentam, de maneira muitas vezes invisibilizada, a reprodução de posições de poder no interior da corporação.

É na medida e só na medida em que os actos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objectivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produto, que tais actos têm toda a sua eficácia de enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída. Por outras palavras, o efeito próprio, quer dizer, propriamente simbólico, das representações geradas segundo esquemas adequados às estruturas do mundo de que são produto, é o de consagrar a ordem estabelecida (Bourdieu, 1989, p. 238).

Mais do que estabelecer precedências formais, a “antiguidade” parece operar como uma linguagem de reconhecimento e consagração no interior da Academia. É por meio dela que desempenhos acumulados deixam de representar apenas resultados individuais e passam a sustentar expectativas de autoridade, deferência e influência sobre os demais. A classificação alcançada no curso, nesse sentido, extrapola a dimensão avaliativa: transforma-se em marcador de prestígio capaz de regular interações, definir quem pode falar, orientar e ser legitimamente ouvido dentro da vida cotidiana entre os cadetes.

Nesse contexto, a “antiguidade” é um mecanismo de classificação que naturaliza competências e institui fronteiras simbólicas entre os que mandam e os que obedecem. Ao ser internalizada como princípio legítimo, ela contribui para a produção de um perfil militar pautado pela deferência, disciplina e reconhecimento da posição ocupada na estrutura. Tal dinâmica evidencia que a formação na APMGD não se restringe à transmissão de conteúdos técnicos ou normativos, e envolve a incorporação de esquemas de percepção e ação que reproduzem a lógica hierárquica da instituição. Dessa forma, o CFO atua simultaneamente como instância de formação profissional e como espaço de consagração de recursos, convertendo disposições sociais em autoridade institucionalizada e assegurando a continuidade das estruturas de poder que organizam o oficialato. Foucault (1999) colabora:

Em primeiro lugar porque a disciplina cria entre os indivíduos um laço “privado”, que é uma relação de limitações inteiramente diferente da obrigação contratual; a aceitação de uma disciplina pode ser subscrita por meio de contrato; a maneira como ela é imposta, os mecanismos que faz funcionar, a subordinação não reversível de uns em relação aos outros, o “mais-poder” que é sempre fixado do mesmo lado, a desigualdade de posição dos diversos “parceiros” em relação ao regulamento comum opõem o laço disciplinar e o laço contratual [...]. Além disso, enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam. (Foucault, 1999, p. 222).

Ao examinar de maneira mais detida as trajetórias sociais dos cadetes, evidencia-se que o ingresso e a permanência no CFO não devem ser compreendidos apenas a partir de critérios objetivos de seleção ou do desempenho aferido nas avaliações internas. São diversos atributos que, convertidos em notas objetivas, influenciam e conferem a posição de cada agente. Há aspectos que, embora não constem explicitamente como critérios classificatórios, produzem efeitos concretos na construção de reputações internas e, reconhecidos pelos próprios agentes, recaem sobre a classificação oficial, como a postura, a capacidade de agir sob pressão, a comunicação oral, a obediência, a internalização das normas e dentre outros. Tais competências, muitas vezes adquiridas em contextos familiares escolarizados ou em trajetórias educacionais mais estáveis, convertem-se em vantagens simbólicas no interior do *domínio* militar. Paralelamente, a socialização adaptável, também atua como recurso estratégico, facilitando a compreensão das regras tácitas do jogo institucional. Não se trata de afirmar uma determinação absoluta das origens sociais, mas de reconhecer que a instituição opera como espaço de conversão e legitimação dessas heranças, recompensando disposições previamente ajustadas às

suas exigências. A meritocracia formal, portanto, convive com um conjunto de mecanismos sutis que favorecem aqueles cujos recursos apresentam maior consonância com o *ethos* militar valorizado.

No plano das práticas cotidianas, essa consonância manifesta-se na maneira como os cadetes incorporam a disciplina, o autocontrole corporal e a prontidão para o comando. A formação não incide apenas sobre conhecimentos técnicos ou doutrinários; ela atua profundamente sobre o corpo e sobre as emoções, moldando posturas, gestos, modos de falar e de reagir. A exigência de alinhamento, uniformidade e precisão produz um trabalho contínuo de domesticação das expressões individuais, orientando os sujeitos para a internalização de um padrão legítimo de conduta. Contudo, essa incorporação não ocorre de maneira homogênea. Cadetes com trajetórias marcadas por experiências prévias de disciplina rígida, participação em instituições hierarquizadas ou socializações familiares pautadas na valorização da autoridade tendem a adaptar-se com menor fricção às exigências da Academia.

Outros, cujas experiências anteriores foram marcadas por maior flexibilidade normativa, enfrentam processos mais intensos de ajustamento, frequentemente acompanhados de tensões e estratégias de adaptação. Nesse cenário, a avaliação do “perfil” ou da “postura” ultrapassa o desempenho objetivo e passa a envolver julgamentos morais e simbólicos sobre a adequação do sujeito ao modelo ideal de oficial. Assim, o processo formativo atua como instância de seleção contínua, distinguindo aqueles que encarnam com maior naturalidade o *ethos* institucional daqueles que demonstram dificuldades de incorporação.

A categoria da “antiguidade”, por sua vez, estrutura de maneira decisiva as interações internas e produz tensões entre os agentes, que dependem de suas posições entre si para medirem seus modos de agir, conforme o nível de autoridade de cada posição. Ao estabelecer precedências rígidas entre os cadetes, tal critério organiza uma cadeia de autoridade que é vivida cotidianamente nas pequenas práticas: na forma de dirigir a palavra, na ocupação dos espaços físicos, na distribuição das tarefas e na possibilidade de iniciativa. A maior classificação significa uma posição superior; mas além disso, encarna simbolicamente a experiência acumulada e a legitimidade do comando. Essa legitimação é reforçada por rituais, formalidades e protocolos que reiteram continuamente a diferença entre posições.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o

equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada — e por meio desta — entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos [...]. (Bourdieu, 1989, p. 14).

Esse arranjo contribui para a naturalização das desigualdades internas, uma vez que a “antiguidade” tende a se articular com outras formas de recursos diferenciados. Aqueles que desde o início ocupam posições de destaque acadêmico ou simbólico frequentemente consolidam sua autoridade à medida que avançam na hierarquia temporal, acumulando reconhecimento e ampliando sua capacidade de influência. Cadetes que enfrentam dificuldades iniciais podem experimentar trajetórias marcadas por menor visibilidade e menor recurso simbólico, o que impacta sua inserção nas redes internas de prestígio e, conseqüentemente autoestima para participar das relações concorrenciais referente a classificação. Assim, a estrutura hierárquica não somente organiza; ela também estabiliza diferenças, conferindo-lhes aparência de justiça objetiva. A crença coletiva na legitimidade da ordem é continuamente alimentada pela ritualização da disciplina e pela reafirmação das posições ocupadas.

Nesse contexto, a formação na APMGD revela-se como processo de produção de disposições duráveis que ultrapassam o período do curso e orientam o exercício futuro do oficialato. O aprendizado do comando não se limita à aquisição de técnicas administrativas ou operacionais, mas envolve a incorporação de uma visão de mundo na qual hierarquia, disciplina e autoridade constituem princípios organizadores da realidade social. Ao concluir o CFO, o novo Oficial detém um diploma ou uma patente inicial, junto a isso carrega um perfil moldado por experiências intensas de classificação, vigilância e reconhecimento. Essa disposição orientará sua atuação nas unidades operacionais, influenciando a forma como exercerá poder, interpretará normas e se relacionará com subordinados. A Academia, portanto, não pode ser configurado apenas como um espaço de passagem, mas instância fundamental na reprodução de uma cultura institucional que articula recursos e disposições temporalmente organizadas e mecanismos de consagração simbólica. É nessa articulação que se consolidam as bases de continuidade do oficialato e se reafirmam as estruturas de autoridade que sustentam a organização militar.

As dinâmicas práticas da “antiguidade” no interior do CFO materializam-se de maneira particularmente visível nas solenidades e atos formais que estruturam o calendário institucional. Formaturas, cerimônias de entrega de espadas, incorporações e eventos comemorativos não

constituem apenas momentos protocolares; são ocasiões privilegiadas de encenação pública da hierarquia. A disposição espacial dos corpos, a ordem de chamada nominal, a sequência das continências e o posicionamento das turmas explicitam, diante de toda a comunidade acadêmica, a precedência que organiza o campo. O lugar ocupado na tropa, a visibilidade concedida a determinados cadetes e a própria cadência dos movimentos reiteram simbolicamente a posição relativa de cada um. Nessas ocasiões, a antiguidade é dramatizada e reafirmada como princípio legítimo de organização, produzindo efeitos pedagógicos duradouros. O ritual ensina pela repetição: ao vivenciar sucessivas solenidades, o cadete aprende a reconhecer e a respeitar as distâncias hierárquicas como parte natural da vida militar.

No cotidiano ordinário, essa lógica também se manifesta em interações aparentemente simples, mas carregadas de significado. A forma de dirigir a palavra, o direito de iniciativa em determinadas atividades, a ocupação de espaços físicos nas salas ou alojamentos e a distribuição de responsabilidades seguem a ordem de “antiguidade” estabelecida. O mais “moderno” aprende a aguardar, a observar e a responder; o mais “antigo” aprende a orientar, corrigir e comandar. Essa pedagogia prática produz uma experiência concreta da hierarquia, na qual cada gesto reforça a consciência da posição ocupada. A autoridade não se restringe ao plano formal do regulamento, mas se atualiza nas micropráticas diárias, tornando-se perceptível na linguagem corporal, na entonação das ordens e na expectativa de deferência. Assim, a antiguidade opera como mecanismo contínuo de socialização, ensinando a exercer poder e a submeter-se a ele dentro de um quadro considerado legítimo.

A equipe dirigente muitas vezes pensa que a capacidade do novato para apresentar respeito adequado, em seus encontros iniciais face a face é um sinal de que aceitará o papel de internado rotineiramente obediente. O momento em que as pessoas da equipe dirigente dizem pela primeira vez ao internado quais são as suas obrigações de respeito pode ser estruturado de tal forma que desafie o internado a ser um revoltado permanente ou a obedecer sempre. Por isso, os momentos iniciais de socialização podem incluir um “teste de obediência” ou até um desafio de quebra de vontade; um internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe. (Goffman, 1974, p. 26).

Outro eixo central dessas dinâmicas refere-se às concorrências por notas e ao desempenho acadêmico, que, embora baseados em critérios objetivos de avaliação, produzem repercussões diretas na consolidação das posições hierárquicas. A classificação nas disciplinas, as médias finais e os quadros de honra não apenas registram resultados; eles estabelecem distinções que dialogam com a ordem de antiguidade e podem redefinir lugares simbólicos no interior da

turma. A visibilidade conferida aos melhores colocados gera reconhecimento entre pares e superiores, ampliando o capital simbólico acumulado ao longo do curso. Ao mesmo tempo, a competição por desempenho intensifica a vigilância sobre si e sobre os outros, estimulando estratégias de dedicação, disciplina e autocontrole. O mérito acadêmico, nesse contexto, não é apenas recompensa individual, mas elemento que se articula à lógica hierárquica, influenciando expectativas de comando e projeções de carreira.

Por fim, os rituais internos de transição, como passagens de função, substituições temporárias de comando ou designações para representar a turma, reforçam a dimensão processual da “antiguidade”. Cada mudança de posição é acompanhada por formalidades que explicitam a transferência legítima de autoridade, reafirmando que o exercício do poder está condicionado à ordem previamente estabelecida. Esses momentos evidenciam que a hierarquia é simultaneamente estável e dinâmica: estável porque fundada em regras reconhecidas; dinâmica porque continuamente atualizada por meio de práticas que a reafirmam. A vivência reiterada dessas experiências consolida uma disposição orientada para a compreensão prática das estruturas de precedência, preparando os futuros oficiais para reproduzir, em outros contextos da corporação, a mesma lógica classificatória aprendida na Academia. Assim, as solenidades, as avaliações e os rituais cotidianos não são eventos periféricos, mas dispositivos centrais na produção e manutenção da ordem hierárquica que sustenta o oficialato.

O mapeamento das trajetórias familiares dos cadetes evidencia a presença significativa de vínculos institucionais prévios com a corporação ou com outras estruturas estatais. Redes de parentesco e circuitos de sociabilidade desempenham papel relevante na circulação de informações estratégicas, no acesso a orientações informais e na construção de expectativas de carreira. Essas redes operam como mecanismos de proteção e antecipação das regras do jogo institucional. Cadetes oriundos de famílias com tradição militar demonstram maior familiaridade com códigos disciplinares e com a lógica hierárquica, o que favorece sua adaptação e projeção no interior do curso.

A produção de distinções no interior do CFO não se limita ao desempenho acadêmico ou físico. Ela envolve dimensões simbólicas relacionadas à postura, à linguagem, à autoconfiança e à capacidade de ocupar posições de liderança. Tais atributos são frequentemente associados a disposições incorporadas ao longo da socialização primária. O reconhecimento institucional atua como mecanismo de consagração dessas disposições, reforçando hierarquias internas. Assim, a formação não apenas qualifica tecnicamente os

cadetes, mas contribui para a reprodução de estruturas sociais mais amplas, ao transformar heranças familiares em credenciais legítimas. A análise evidencia uma tensão central entre o discurso meritocrático institucional e as desigualdades estruturais produzidas pela distribuição diferenciada de capitais. Embora todos os cadetes estejam formalmente submetidos às mesmas regras, as condições objetivas de partida são desiguais.

A naturalização dessas desigualdades ocorre por meio da conversão simbólica dos capitais herdados em atributos individuais aparentemente inatos. Dessa forma, as assimetrias estruturais são reinterpretadas como diferenças de empenho, talento ou vocação. O CFO funciona como espaço de reconversão de capitais. As heranças familiares são reconfiguradas sob a forma de mérito e competência, legitimadas pela instituição. Esse processo impacta diretamente as possibilidades de projeção de carreira, influenciando escolhas estratégicas, inserções em redes internas e ocupação de posições de destaque. A reconversão simbólica consolida posições dominantes e contribui para a continuidade de determinadas linhagens institucionais, reforçando a articulação entre família e corporação.

Conclusão

Conclui-se que o Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias opera como um lugar estruturado por disputas e mecanismos de distinção que ultrapassam a dimensão estritamente técnica da formação. A análise das propriedades sociais dos cadetes revela que a distribuição desigual de recursos e disposições prévios influencia trajetórias, expectativas e posições ocupadas no interior da instituição em determinadas proporções. Ao evidenciar os processos de reconversão simbólica e de legitimação institucional das heranças familiares, o estudo contribui para a compreensão das formas contemporâneas de reprodução social no interior de organizações militares estaduais. A formação de oficiais, nesse sentido, não apenas produz profissionais para a corporação, mas também participa ativamente da manutenção e atualização de estruturas sociais de poder.

A análise empreendida permite afirmar que a formação militar não deve ser compreendida como um processo social complexo, no qual se entrelaçam mecanismos pedagógicos, classificatórios e simbólicos responsáveis por moldar disposições duráveis e por legitimar posições hierárquicas. Ao longo do percurso formativo, não se observa apenas a transmissão de conteúdos técnico-profissionais, mas a consolidação de um perfil institucional

que orienta percepções, práticas e expectativas de futuro. A Academia atua como instância de consagração, conferindo reconhecimento diferencial aos agentes a partir da articulação entre recursos previamente acumulados e critérios internos de ordenamento. Nesse sentido, a lógica hierárquica não se impõe exclusivamente por normas formais, ela é incorporada progressivamente como princípio legítimo de organização do mundo social, passando a estruturar tanto a experiência cotidiana dos cadetes quanto suas projeções de carreira.

A investigação evidencia, assim, que o funcionamento do CFO contribui para transformar diferenças sociais anteriores em distinções institucionalmente validadas, ao mesmo tempo em que produz crença coletiva na justiça e na necessidade da ordem estabelecida. A internalização da disciplina, da deferência e do comando configura um processo de socialização intensa que redefine identidades e estabelece novos parâmetros de reconhecimento. Ao concluir a formação, o Oficial emerge habilitado tecnicamente, mas sobretudo, investido de uma autoridade que foi construída, testada e legitimada no interior do campo acadêmico-militar. Tal constatação permite compreender que a reprodução das estruturas de poder na corporação não decorre de simples continuidade administrativa, mas da eficácia de um processo formativo que articula disposições individuais e exigências institucionais, assegurando a permanência de uma cultura hierárquica profundamente enraizada. Dessa forma, a Academia se consolida como espaço estratégico de produção e manutenção da ordem militar, contribuindo decisivamente para a estabilidade simbólica e organizacional do oficialato.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Portugal: Edições 70, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. **Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil**. Revista Tomo, n. 32, 2018.



Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 12, n. 1, jun. 2026
Dossiê Entre a Província e a Corte: Estado, Política e Sociedade no Brasil Imperial
ISSN: 2447- 5548

PINTO, Louis. **Experiência vivida e exigência científica de objetividade**. CHAMPAGNE, Patrick et al. Iniciação à prática sociológica, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Recebido em: 21 maio 2026.

Aceito em: 28 maio 2026.